



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 12ª REGIÃO

ASSESSORIA JURÍDICA

Solicita a Sra. Edi Mota Oliveira, DD. Conselheira-Presidente do Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região, informações desta Assessoria Jurídica a respeito de informações a respeito da qualificação do “Assistente Técnico” no âmbito de perícias judiciais.

Tomamos conhecimento de manifestação sobre o assunto, através do Parecer Jurídico nº 28/98, do Conselho Federal de Serviço Social, da lavra de Sylvia Helena terra, e aprovado pelo Conselho Pleno.

Através do ofício nº 035/01, datado de 05 de julho de 2001, o Assistente social Alcebir Dal Pizzol, lotado na Assessoria Psicosocial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tece comentários ao parecer do CFESS antes referido, notadamente pelas mudanças que teriam ocorrido no Código de Processo Civil através da Lei nº 8.455, de 24 de agosto de 1992.

Efetivamente possui razão na impugnação ao Parecer, face às inovações processuais havidas.

Nos termos do Art. 421, § 1º, inciso I, do Estatuto Buzaidiano, incumbe às partes, no prazo de cinco dias, indicar o Assistente Técnico.



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 12ª REGIÃO

A indicação é facultativa. O consagrado THEOTÔNIO NEGRÃO, teve oportunidade, de esclarecer que:

“O assistente técnico não passa de mero assessor dos litigantes; não é perito do juízo. Por isso, cada litisconsorte é livre de indicar seu assistente, especialmente no caso de interesses distintos ou antagônicos.” (Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor, Ed. Saraiva, 32ª edição, 2001, p.452)

“Assistente técnico. Desobrigatoriedade da intimação. O assistente técnico passou a ser considerado mero assessor da parte (CPC 422, 2ª parte) a tornar patente que esta incumbe diligenciar no sentido da apresentação do parecer crítico, o que torna dispensável a intimação pessoal do assistente.” (2º TACivSP, 2ª Câmara, Ag. 424646, Rel. juiz Batista Lopes apud Boletim AASP 1925/5, supl.)

Os Assistentes Técnicos são de confiança da parte que os indicou, não sujeitos a impedimentos ou suspeição.

Pela sistemática anterior, o revogado Art. 430, do Código de Processo Civil, o perito e os assistentes técnicos poderiam lavrar laudo unânime, caso houvesse concordância, e na hipótese de divergência, cada qual escreveria o laudo em separado (Art. 431, também revogado).

Pelo novel procedimento, o perito entregará o laudo, em cartório, no prazo fixado pelo Juiz, o qual deve anteceder em pelo menos 20 dias da realização de audiência (Art. 433, “caput”), enquanto que os assistentes técnicos o farão no prazo de 10 dias após o perito (Art. 433, Parágrafo Único).



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 12ª REGIÃO

A entrega do parecer – a Lei nº 8.455/92 substituiu a expressão “laudo” para os assistentes técnicos - elaborado pelo Assistente é de responsabilidade da própria parte. Neste diapasão:

“O assistente técnico, independentemente de intimação, deverá oferecer o seu parecer no prazo de dez dias após a apresentação do laudo do perito, sendo certo que o termo inicial do decêndio se regulará pela efetiva intimação da parte, que diligenciará para a tempestiva juntada aos autos do trabalho de seu auxiliar técnico.” (STJ – 5ª Turma, REsp. 207.400-SP, Rel. Min. Gilson Dipp in DJU de 21/02/2000, p. 160)

As partes podem solicitar esclarecimentos, que deverão ser prestados em audiência.

É sabido de que o Juiz não se encontra adstrito às conclusões do laudo do Perito, podendo formar sua convicção com outros elementos constantes dos autos (Art. 436, do Estatuto Processual). Pode inclusive determinar a realização de nova perícia, quando entender que a matéria não ficou suficientemente esclarecida.

As eventuais críticas efetuadas pelo Assistente Técnico, por outro lado, isoladamente, não devem obrigar à realização de nova perícia, como podemos observar:

“Crítica do assistente técnico. A crítica do assistente técnico, por si só, não possui o condão de provocar a realização de nova perícia, ou de uma inspeção judicial, ainda mais quando reconhecido pelas instâncias ordinárias tratar-se de laudo bem elaborado e convincente.” (STJ – 3ª Turma, Ag. 46.241, Rel. Min. Nilson Naves in DJU de 04/02/1994)



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 12ª REGIÃO

Portanto, tais inovações a respeito do andamento processual, com as regras introduzidas pela Lei nº 8.455, de 24 de agosto de 1992, devem ser levadas em consideração pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Recomendamos, desta forma, que sejam os interessados comunicados de nosso posicionamento.

Estas são nossas considerações.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2001

Luís C. Fritzen
OAB/SC 4443
Assessor Jurídico CRESS 12ª Região